



EDITAL NÚMERO 277/2019

--- **BASÍLIO ADOLFO DE MENDONÇA HORTA DA FRANCA, NA QUALIDADE DE PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA.**-----

---**FAZ PÚBLICO QUE**, foi celebrado no dia 17 de maio de 2019 o contrato interadministrativo número 272/2019, com a **Freguesia de Rio de Mouro**, que se anexa e está disponível para consulta na página oficial da Câmara Municipal de Sintra, em www.cm-sintra.pt., conforme o disposto na sua cláusula 15.^a.-----

---Para constar, passei o presente Edital que vai por mim assinado e vai ser afixado nos lugares públicos habituais, durante cinco dos dez dias subsequentes à data da outorga do contrato.-----

--- Sintra e Paços do concelho, 05 de junho de 2019.-----

O PRESIDENTE DA CÂMARA,



Contrato Interadministrativo de Colaboração nº 272 / 2019

17 de Maio de 2019

Entre o Município de Sintra e a Freguesia de Rio de Mouro

- PARQUE INTERGERACIONAL DE PAIÕES / VALE MOURÃO -

Considerando que:

- O Município de Sintra pretende instalar um conjunto de parques intergeracionais no Concelho, indo ao encontro da satisfação das populações face à necessidade de tais equipamentos;
- O Município de Sintra dispõe de um terreno integrado em domínio privado municipal, sito na Rua Sidónio Muralha, junto à Escola Primária, na localidade de Paiões, descrito sob o Artigo nº 6689, da Freguesia de Rio de Mouro, o qual se afigura adequado para a construção de um Parque Intergeracional;
- A Freguesia de Rio de Mouro disponibilizou-se para ser parceira do Município na concretização do "Parque Intergeracional" de Paiões / Vale Mourão;
- As valências do parque que permitem a sua qualificação como "Parque Intergeracional" radicam no facto de prever um parque infantil para os mais pequenos a ser utilizado também pelos alunos da Escola Básica adjacente, e uma zona de estadia de que os seniores da localidade de Paiões e Vale Mourão poderão usufruir;
- O Município de Sintra, considera que a prossecução deste projeto, em parceria com a Freguesia, se reveste de interesse e que em muito vai beneficiar as populações das localidades de Paiões e Vale Mourão;



- A Freguesia de Rio de Mouro dispõe-se ainda a garantir a manutenção, vigilância e limpeza do parque;
- Atento o correspondente esforço financeiro e porque se trata de um equipamento de utilização coletiva a ser integrado no património do Município, a Câmara Municipal de Sintra não pode, nem deve ficar alheia à disponibilidade manifestada pela Freguesia;
- As relações de índole convencional entre o Município e a Freguesia, em cumprimento do disposto no Regime Jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e atenta a natureza dos intervenientes, devem ser concretizadas através de um contrato interadministrativo;
- O contrato interadministrativo é entendido genericamente como aquele que é celebrado entre entidades administrativas, enquadrando-se no conjunto das relações jurídicas interadministrativas, estabelecidas à luz dos princípios da cooperação, da colaboração e da coordenação;
- Os contratos interadministrativos, segundo a melhor doutrina, *"permitem conferir maior flexibilidade e capacidade de adaptação à Administração perante os desafios do mundo atual"*;
- O presente contrato encontra-se subordinado a um regime substantivo de Direito Público, que resulta, exatamente, da funcionalização do seu regime jurídico à prossecução de um interesse público inserido nas atribuições das entidades administrativas contratantes, enquanto *"ponto de encontro de duas gestões públicas"*;
- Tanto o Município quanto a Freguesia, visam, no âmbito das respetivas atribuições, *"a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações"* em articulação recíproca;



- A concretização da obra e o garantir subsequente do funcionamento das instalações municipais do "Parque Intergeracional de Paiões / Vale Mourão " se reveste de relevante interesse municipal;
- O presente contrato deve ser acompanhado da transferência dos meios necessários à sua adequada concretização;
- A celebração do presente contrato interadministrativo pressupõe prévia autorização quer da Assembleia de Freguesia, quer da Assembleia Municipal, sob proposta dos respetivos órgãos executivos (alínea j) do n.º 1 do artigo 9.º, alíneas m e n) do n.º 1 do artigo 16.º, alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º e alíneas o), u) e ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro];
- No caso vertente, a Assembleia Municipal e a Assembleia de Freguesia de Rio de Mouro autorizaram a celebração do presente Contrato Interadministrativo de Colaboração nas suas reuniões de 11/02/2019 e 29/03/2019, respetivamente.

Entre:

O MUNICÍPIO DE SINTRA, pessoa coletiva de direito público n.º 500 051 062, com sede no Largo Dr. Virgílio Horta, 2710-501 Sintra, neste ato representado pelo Senhor Dr. Basílio Horta, nos termos da alínea a) e c) do n.º 1 e f) do n.º 2 do artigo 35.º do Regime Jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Sintra, identificado como **PRIMEIRO OUTORGANTE**.

E

A FREGUESIA DE RIO DE MOURO, pessoa coletiva de direito público n.º 506 841 928, com sede na Rua Óscar Monteiro Torres, 19, 2635-385 Rio de Mouro, neste ato representada pelo Presidente da Junta de Freguesia, Senhor Dr. Bruno Alexandre Nobre Parreira, no uso das suas competências previstas nas alíneas a), f) e g) do n.º 1 do artigo 18.º do



Regime Jurídico aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, identificado como **SEGUNDO OUTORGANTE**.

É livremente acordado de boa-fé, reduzido a escrito e reciprocamente aceite o presente Contrato Interadministrativo de Colaboração, adiante referido como "Contrato", que se rege pelas seguintes Cláusulas:

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Cláusula 1.ª

Objeto

1 - O presente contrato tem por objeto disciplinar a concretização da obra de construção do "*Parque Intergeracional de Paiões / Vale Mourão*", promovida pelo **Segundo Outorgante**, o qual atuará enquanto dono da obra, sob permissão do **Primeiro Outorgante**.

2 - O espaço destinado à construção do "*Parque Intergeracional Paiões / Vale Mourão*" está sito num terreno de domínio privado municipal, sito na Rua Sidónio Muralha, junto à Escola Básica, na localidade de Paiões, descrito sob o Artigo nº 6689, da Freguesia de Rio de Mouro, assinalado na planta em **Anexo I**.

3 - O presente contrato tem ainda por objeto disciplinar e regular o funcionamento, vigilância e limpeza do "*Parque Intergeracional de Paiões / Vale Mourão*", propriedade do **Primeiro Outorgante**, o qual é garantido pelo **Segundo Outorgante** com recursos humanos adequados ao fim em vista, incluindo as seguintes valências:

- a) Limpeza e vigilância das instalações do parque;
- b) Manutenção e vigilância do Parque Infantil;
- c) Manutenção e vigilância dos equipamentos;



- d) Desmatações, nos termos de indicação expressa dos serviços municipais competentes;
- e) Plantação progressiva de árvores e outras espécies, nos termos de indicação expressa pelos serviços municipais competentes;
- f) Manutenção das placas sinalizadoras.

4 - As instalações, equipamentos e espaços que integram o Parque encontram-se identificados na planta em **Anexo II** do presente contrato.

5 - A titularidade municipal do espaço não é transmitida ou onerada com a subscrição do presente contrato.

Cláusula 2.ª

Princípios

1 - A negociação, celebração, execução e cessação do presente contrato obedece aos princípios da subsidiariedade, da estabilidade, da prossecução do interesse público, da necessidade e suficiência de recursos, bem como da boa administração.

2 - Nas relações entre as partes contraentes vigoram os princípios da transparência, boa-fé, lealdade e cooperação, pautados por critérios de eficiência na prossecução do interesse público.

Cláusula 3.ª

Intangibilidade das atribuições

O presente contrato que visa tão só a colaboração entre as partes outorgantes não tendo o alcance de modificar, restringir ou excepcionar atribuições Municipais ou da Freguesia legalmente fixadas.



CAPÍTULO II

Intervenção e recursos

Cláusula 4.ª

Concretização da Obra, Funcionamento e Intervenções no Parque

1 - O **Primeiro Outorgante** autoriza expressamente que o **Segundo Outorgante** utilize, a título gracioso, o espaço referido no n.º 2 da Cláusula Primeira e concretize a obra de construção do "Parque Intergeracional de Paiões / Vale Mourão", atuando, enquanto dono da obra, no âmbito do procedimento de Empreitada de Obras Públicas, na fase pré-contratual, contratual e de execução do contrato até à receção provisória da obra, tendo o mesmo de decorrer obrigatoriamente nos termos do disposto no Código dos Contratos Públicos.

2 - Após a receção provisória da obra de construção do "Parque Intergeracional de Paiões / Vale Mourão" por parte do **Segundo Outorgante** a mesma considera-se, nos termos do presente contrato, como uma benfeitoria integrada no património do **Primeiro Outorgante**.

3 - A integração da benfeitoria referida no número anterior no património do **Primeiro Outorgante** não confere ao **Segundo Outorgante** direito a qualquer indemnização ou compensação.

4 - O pagamento de todas as despesas assumidas no âmbito da Empreitada da obra de construção do "Parque Intergeracional de Paiões / Vale Mourão", incumbe ao **Segundo Outorgante**.

5 - Face ao disposto no n.º 2 verifica-se, a partir da receção provisória da obra, nos termos do artigo 324.º do Código dos Contratos Públicos, a cessão da posição contratual do **Segundo Outorgante** ao **Primeiro Outorgante** no âmbito do Contrato de Empreitada, incumbindo a este o eventual acionamento das garantias contratuais e a receção definitiva da obra.



6 - A prática de todos os atos necessários a assegurar o funcionamento do Parque e das instalações, equipamentos e espaços que o integram, a partir da receção provisória da obra, melhor concretizados no n.º 3 da Cláusula Primeira, por parte do **Segundo Outorgante** compreende, nomeadamente a vigilância e limpeza.

7 - A substituição de equipamentos e aparelhos pelos seus equivalentes, sempre que decorra a cargo do **Segundo Outorgante** deve ser objeto de prévia comunicação ao **Primeiro Outorgante**.

8 - A concretização pelo **Segundo Outorgante** de obras e intervenções no Parque que consubstanciem alterações substanciais, designadamente modelações de terreno ou introdução / remoção de elementos construtivos, deve ser objeto de prévio parecer obrigatório e vinculativo por parte do **Primeiro Outorgante**.

Cláusula 5.º

Recursos

1 - O **Primeiro Outorgante** disponibiliza uma verba de 100.000,00 € (cem mil euros) como apoio à concretização da obra de construção do "Parque Intergeracional de Paiões / Vale Mourão" por parte do **Segundo Outorgante**.

2 - A verba referida no número anterior é disponibilizada no prazo de 5 dias úteis subsequentes comunicação da adjudicação da Empreitada de construção do Parque por parte do **Segundo Outorgante**.

3 - O **Primeiro Outorgante** disponibiliza, a partir da receção provisória da obra, uma verba anual de 9.693,00 € (nove mil seiscentos e noventa e três euros) para apoio ao desenvolvimento das tarefas constantes do n.º 3 da Cláusula Primeira por parte do **Segundo Outorgante**.

4 - O apoio previsto no número anterior destina-se a cobrir os custos com a manutenção e vigilância dos espaços que integram o Parque.



?

?

?

5 - No ano de 2019 a quantia referida no n.º 3 é prestada somente a partir da receção provisória da obra, sendo reduzida proporcionalmente aos meses que mediarão entre esse ato e o fim do ano.

6 - Todas as transferências de meios financeiros por parte do **Primeiro Outorgante** estão condicionadas à existência de fundos disponíveis, no âmbito do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de Setembro – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, complementada pela Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho e demais legislação em vigor não havendo em caso de indisponibilidade, lugar a qualquer indemnização ou compensação daí decorrente.

7 - As transferências previstas nos n.ºs 3 a 5 encontram-se igualmente condicionadas ao cumprimento por parte do **Segundo Outorgante** das obrigações legais quanto à gestão do espaço, designadamente a celebração dos seguros obrigatórios.

CAPÍTULO III

Acompanhamento e controlo

Cláusula 6.ª

Acompanhamento e controlo

1 - O projeto do "Parque Intergeracional de Paiões / Vale Mourão" deve ser aprovado pelo **Primeiro Outorgante** na sequência de Parecer dos serviços municipais competentes.

2 - A execução do presente contrato será acompanhada, de forma contínua, pelo **Primeiro Outorgante** que pode, a todo o tempo e sem pré-aviso, solicitar ao **Segundo Outorgante** documentos relativos à concreta aplicação dos apoios, bem como realizar vistorias ao local abrangido para verificação do cumprimento do presente contrato.

3 - A análise documental à aplicação dos apoios incumbe ao DAF e as vistorias que haja necessidade de realizar são efetivadas pelo DEP.



Handwritten signature and initials.

5 - O acompanhamento e aconselhamento ao **Segundo Outorgante** relativamente ao desenvolvimento das tarefas referidas nas alíneas d) e e) do n.º 3 da Cláusula Primeira, por parte do **Primeiro Outorgante**, incumbem à DGEV.

CAPÍTULO IV

Vigência

Cláusula 7.ª

Entrada em vigor, período de vigência e denúncia

1 - O presente contrato entra em vigor no dia seguinte ao da respetiva subscrição e:

- a) Quanto à concretização da obra de construção do "Parque Intergeracional de Paiões / Vale Mourão", vigora até à extinção dos efeitos da respetiva empreitada;
- b) Quanto ao funcionamento, vigilância e limpeza do "Parque Intergeracional de Paiões / Vale Mourão" tem a duração de quatro anos, podendo ser renovado automaticamente por períodos de um ano, num máximo de quatro anos.

2 - A denúncia do contrato, relativamente ao previsto na alínea b) do número anterior, pode operar mediante comunicação à contraparte com antecedência de 60 dias relativamente ao termo do período inicial de 4 anos ou relativamente a cada uma das renovações anuais subsequentes.

3 - A denúncia do contrato deve ser submetida a deliberação dos órgãos Executivo e Deliberativo da respetiva Autarquia.

4 - A denúncia é concretizada mediante ofício registado remetido ao co-contratante.



Cláusula 8.ª

Resolução

- 1 - As partes podem resolver o contrato por incumprimento da contraparte ou por razões de relevante interesse público, devidamente fundamentadas.
- 2 - A resolução do contrato deve ser submetida a deliberação dos órgãos Executivo e Deliberativo da respetiva Autarquia.
- 3 - A resolução é concretizada mediante ofício registado remetido ao co-contratante.

Cláusula 9.ª

Revogação

- 1 - O presente contrato é suscetível de revogação, fundamentada por razões de relevante interesse público, a qual deve ser submetida a deliberação dos órgãos Executivo e Deliberativo da respetiva Autarquia.
- 2 - A revogação é concretizada mediante ofício registado remetido ao co-contratante.

CAPÍTULO V

Disposições Finais

Cláusula 10.ª

Ocorrências e Emergências

O **Segundo Outorgante** deve comunicar ao **Primeiro Outorgante** imediatamente, qualquer anomalia que afete ou possa afetar de forma significativa o objeto do presente contrato.



Cláusula 11.º

Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre os Outorgantes e do especialmente disposto nas Cláusulas 7.º, 8.º e 9.º, estas deverão ser dirigidas, através de correio eletrónico, com aviso de receção e leitura para o respetivo endereço eletrónico, identificado neste contrato, a saber:

- a) Município de Sintra: presidencia@cm-sintra.pt
- b) Freguesia de Rio de Mouro: geral@jf-riodemouro.pt

2 - Qualquer alteração das informações de contacto por via eletrónica constantes do presente contrato deverá ser comunicada à outra parte pela forma mais célere.

Cláusula 12.º

Contagem dos prazos

Os prazos previstos neste contrato são contínuos.

Cláusula 13.º

Dúvidas e interpretação de lacunas resultantes deste Contrato

Em tudo o não estipulado aplicar-se-á o Regime Jurídico aprovado Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, o Código do Procedimento Administrativo e o Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 14.º

Foro Competente

Para a resolução de quaisquer litígios entre as partes sobre a interpretação e execução deste contrato será competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, com expressa renúncia a qualquer outro.



Cláusula 15.º

Publicitação

O presente Contrato é objeto de publicitação no site institucional do Município de Sintra e da Junta de Freguesia de Rio de Mouro, sem prejuízo da publicitação legal das deliberações dos órgãos do Município e Freguesia, prevista no artigo 56º do Regime Jurídico aprovado Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

A despesa global máxima estimada para este contrato no período de quatro anos é de 138.772,00 €, (Cento e trinta e oito mil, setecentos e setenta e dois euros) e encontra-se autorizada pela Assembleia Municipal de Sintra, ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do Regime Jurídico aprovado Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, por deliberação tomada na sua 5ª Sessão Ordinária de 15 de novembro de 2018.

A despesa resultante deste contrato é no montante de €138.772,00. Estão cabimentadas no orçamento municipal em vigor as verbas de €100.000,00 e €9.693,00, com as classificações orçamentais 01.02.00/08.05.01.02 e 01.02.00/04.05.01.02, rubrica do plano 4/4.2.2019.166.9 e 4/4.2.2019.166.3, cabimentos n.ºs 7419003463 e 7419003464, e compromissos n.ºs 7819003245 e 7819003246, respetivamente, que se anexam, fazendo parte integrante deste contrato.

Os orçamentos dos anos de 2020, 2021 e 2022 vão contemplar as verbas de €9.693,00, respetivamente, nos termos dos compromissos anos futuros números 8819000573, 8819000574 e 8819000575, respetivamente, e que se anexam, fazendo parte integrante deste contrato.

Este contrato face ao seu valor global, não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do preceituado nos artigos 46.º e 48.º, da Lei número 98/97, de 26 de Agosto, com as alterações vigentes.

O presente Contrato vai ser assinado e rubricado pelas **partes Outorgantes** sendo constituído por quinze cláusulas, que declaram ter lido e a cujo cumprimento se



obrigam reciprocamente, contendo catorze páginas e é lavrado em dois exemplares, valendo como originais, ficando um exemplar para cada uma delas.

Paços do Concelho de Sintra, 17 de maio de 2019

Pelo Município de Sintra
O Presidente da Câmara



Basílio Horta

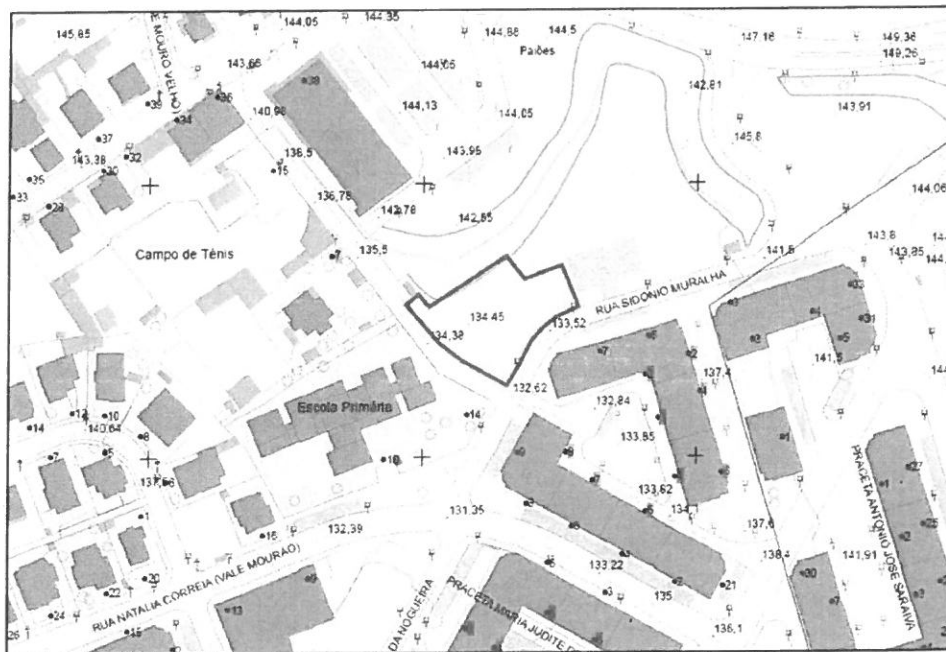
Pela Freguesia de Rio de Mouro
O Presidente da Junta



Bruno Alexandre Nobre Parreira



ANEXO I



ANEXO II

